

Vale Manganês S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023



Vale Manganês S.A. - Demonstrações Financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanco Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receitas de vendas, líquida	
4. Custos e despesas por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Outros tributos	
8. Caixa e equivalentes de caixa	
9. Contas a receber e fornecedores	
10. Adiantamento de clientes	
11. Imobilizado	
12. Processos judiciais	
13. Obrigações para desmobilização de ativos e provisão para passivos ambientais	
14. Patrimônio líquido negativo	
15. Partes relacionadas	
16. Classificação dos instrumentos financeiros	
17. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	19



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Vale Manganês S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vale Manganês S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Manganês S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Vale Manganês S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Receita de vendas, líquida	3	15.542	42.608
Custo dos produtos vendidos	4(a)	(17.770)	(31.710)
Lucro (prejuízo) bruto		(2.228)	10.898
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(6.974)	(14.195)
Encerramento das operações em Simões Filho	1 e 13	2.674	(92.816)
Outras despesas operacionais, líquidas	4(c)	(55.599)	(45.607)
Prejuízo operacional		(62.127)	(141.720)
Resultado financeiro			
	5		
Receitas financeiras		17.797	43.595
Despesas financeiras		(32.582)	(28.886)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(76.912)	(127.011)
Tributos sobre o lucro			
	6(a)		
Tributo corrente		11	-
Tributo diferido		(8)	(29)
		3	(29)
Prejuízo do exercício		(76.909)	(127.040)
Prejuízo básico e diluído por ação – Em R\$		(7,45)	(12,30)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Prejuízo do exercício	(76.909)	(127.040)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(76.909)	(127.040)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(76.912)	(127.011)
Ajustado por:			
Resultado na alienação de bens do imobilizado	4(c)	(1.027)	(7.790)
Provisão para perda de ativos	4(c)	980	-
Depreciação e exaustão	11	95	946
Provisão para processos judiciais	4(c)	7.754	33.521
Variações monetárias e cambiais, líquidas		22.131	(6.373)
Provisão para desmobilização de ativos		29.055	27.968
Encerramento da planta de Simões Filho		(2.674)	75.145
Provisão para perda de incentivos fiscais	4(c)	5.185	-
Ajuste de inventário de almoxarifado		3.415	-
Constituição de saldo de impostos a recuperar (PIS e COFINS)		3.227	(22.269)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		1.220	(872)
Estoques		22.876	38.217
Fornecedores		2.278	(2.105)
Salários e encargos sociais		(42)	(9.149)
Tributos sobre o lucro		19	-
Outros tributos ativos e passivos, líquidos		12.572	(9.589)
Provisão para processos judiciais		(10.085)	(25.215)
Provisão para passivos ambientais		(27.847)	(26.236)
Obrigações para desmobilização de Simões Filho		(53.624)	(23.502)
Outros ativos e passivos, líquidos		(9.764)	(4.475)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(71.169)	(88.789)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(17.052)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(71.169)	(105.841)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		50.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		50.000	-
Redução no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(21.169)	(105.841)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		53.853	159.694
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		32.684	53.853
Transações que não envolvem caixa:			
Ativos não circulantes mantidos para venda		(21.910)	-
Imobilizado		21.910	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.684	53.853
Contas a receber	9	828	1.021
Estoques		82	7.091
Tributos sobre o lucro a recuperar		3.043	-
Tributos a recuperar	7	2.597	3.710
Outros		3.607	3.144
		42.841	68.819
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	21.910	-
		64.751	68.819
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	6.274	23.101
Depósitos judiciais	12	34.926	33.964
Títulos e valores para fins especiais		5.804	11.971
Outros		532	558
		47.536	69.594
Imobilizado	11	-	22.985
		47.536	92.579
Total do ativo		112.287	161.398
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	12.948	10.671
Salários e encargos sociais		3.357	3.399
Tributos a recolher	7	932	904
Provisão para passivos ambientais	13	61.575	45.899
Obrigações para desmobilização de Simões Filho	1 e 13	66.071	78.119
Adiantamento de clientes	10	10.302	14.493
Outros		201	277
		155.386	153.762
Passivo não circulante			
Provisões para processos judiciais	12	204.833	183.014
Obrigações para desmobilização de Simões Filho	1 e 13	80.647	113.827
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	50.000	-
Tributos diferidos sobre o lucro	6(a)	105	73
Provisão para passivos ambientais	13	34.586	47.083
		370.171	343.997
Total do passivo		525.557	497.759
Total do patrimônio líquido negativo	14	(413.270)	(336.361)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		112.287	161.398

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido negativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	293.694	(503.015)	(209.321)
Prejuízo do exercício	-	(127.040)	(127.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	293.694	(630.055)	(336.361)
Prejuízo do exercício	-	(76.909)	(76.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	293.694	(706.964)	(413.270)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vale Manganês S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Simões Filho, Bahia, Brasil e foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da acionista controladora, Vale S.A. ("Vale"). A Sociedade realizava a exploração, lavra e beneficiamento mineral com o objetivo de produzir e comercializar ferroligas de manganês. Atualmente a Sociedade não possui unidades operacionais ativas.

A Sociedade apresenta prejuízos acumulados no valor de R\$ 706.964 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 630.055 em 2022), bem como capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo. Sua controladora, Vale, irá prestar o suporte financeiro para a Sociedade com objetivo de manter a capacidade operacional pelo menos nos próximos doze meses, de modo a permitir que a Sociedade possa cumprir com as suas obrigações contratuais a vencer de curto prazo, bem como exercer as suas atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

Encerramento das operações em Simões Filho

Em setembro de 2020, a Sociedade decidiu encerrar suas operações na planta de Simões Filho, na Bahia, que produzia ferroligas de manganês. Durante esse processo, a Sociedade realizou um teste de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa, resultando no impairment integral dos estoques, afetando também outros ativos relacionados à operação de Simões Filho. Também foram reconhecidas provisões necessárias para o encerramento da planta, incluindo principalmente despesas com multas por rescisões contratuais e gastos com a desmobilização estrutural da planta e despesas com pessoal (nota 13).

Cisão Parcial para Estrela Ferroligas de Manganês S.A.

Em dezembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Sociedade, relativa às operações localizadas no estado de Minas Gerais, com a incorporação da parcela cindida pela Estrela Ferroligas de Manganês S.A. ("Estrela"). Em razão da cisão parcial, o capital social da Sociedade foi reduzido em R\$ 371.921, passando de R\$ 665.615 para R\$ 293.694, mediante o cancelamento de 50.499.405 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Sociedade.

O acervo líquido cindido refere-se aos ativos utilizados para as operações da Sociedade localizados no estado de Minas Gerais, os quais incluem duas plantas de produção de ferroligas de manganês localizadas no município de Ouro Preto e no município de Barbacena, a mina de manganês denominada Morro da Mina localizada no município de Conselheiro Lafaiete e demais ativos e passivos relacionados a essas operações.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 24 de junho de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Sociedade na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas notas 6, 11, 12 e 13.

3. Receitas de vendas, líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita bruta		
Vendas no Brasil em R\$	16.823	45.623
Menos		
Impostos sobre vendas	(1.281)	(3.015)
Total	15.542	42.608

Atualmente, a receita de vendas da Sociedade representa a venda gradual do estoque remanescente de suas antigas unidades operacionais.

Política contábil

As vendas da Sociedade são realizadas nas modalidades do *Incoterms* conhecidas como *Cost and Freight* ("CFR") e *Cost, Insurance and Freight* ("CIF"), na qual a Sociedade é responsável pelo serviço de frete após a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47, a prestação de serviços de frete para contratos CFR e CIF deve ser considerada como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Material e serviço	(2.267)	(7.019)
Aquisição de produtos	(15.500)	(24.662)
Outros	(3)	(29)
Total	(17.770)	(31.710)

A redução no custo dos produtos vendidos está relacionada ao volume de venda do estoque residual.

b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Energia elétrica	-	(3.381)
Pessoal	(1.927)	(4.230)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(3.136)	(5.578)
Tributos	(1.123)	(869)
Outros	(788)	(137)
Total	(6.974)	(14.195)

c) Outras despesas operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Provisão para passivo ambiental	(29.055)	(52.298)
Provisão para processos judiciais (i)	(7.754)	(33.521)
Provisão para perda de incentivos tributários (nota 6c)	(5.185)	-
Ajuste de inventário de almoxarifado	(3.415)	(644)
Constituição (reversão) de saldo de impostos a recuperar (PIS e COFINS)	(3.227)	23.236
Resultado na venda de materiais/sucata	(3.001)	(251)
Provisão para perda de ativos	(980)	-
Despesas com impostos	(546)	(1.717)
Receita (despesas) na venda de energia	48	(2.113)
Resultado na alienação de bens do imobilizado	1.027	7.790
Reversão de provisão ARO Simões Filho	-	20.051
Outros	(3.511)	(6.140)
Total	(55.599)	(45.607)

(i) Em 2022, a Sociedade revisou o prognóstico de possível para provável de dois processos cíveis, cujo objeto é indenização por danos materiais, no montante de R\$ 27.443.

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Despesas financeiras		
Atualização monetária de processos judiciais	(24.222)	(24.821)
Provisão para perda de incentivos tributários (nota 6c)	(6.423)	-
Juros e multas	(111)	(805)
Fiança bancária	(408)	(433)
Outras	(1.418)	(2.827)
	(32.582)	(28.886)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.081	10.753
Variações monetárias sobre passivos ambientais e reversão de provisão para desmobilização de ativos	6.236	31.065
Variações monetárias e cambiais	2.478	1.758
Outras	2	19
	17.797	43.595
Resultado financeiro, líquido	(14.785)	14.709

6. Tributos sobre o lucro

a) Imposto de renda diferido

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo tributário diferido		
Diferenças temporárias		
Variação monetária de depósitos judiciais	105	73
Total	105	73

Até 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apurou estoques de prejuízos fiscais no montante de R\$ 344.688 (R\$ 247.521 em 2022) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 348.028 (R\$ 250.860 em 2022) não constituídos.

b) Reconciliação do imposto de renda

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(76.912)	(127.011)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	26.150	43.184
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Provisão para desmobilização de ativos	8.903	(9.317)
Provisão para perda de estoque e ajuste de inventário	5.393	(1.689)
Receita de venda para entrega futura	3.216	12.132
Redução ao valor recuperável de imobilizado	1.571	17.356
Provisão para contingências	(7.419)	(10.440)
Provisão para passivo ambiental	(1.081)	(9.416)
Não constituição de diferido ativo sobre imposto de renda e contribuição social (i)	(33.034)	(44.370)
Outros	(3.696)	2.531
Tributos sobre o lucro	3	(29)

(i) Imposto diferido ativo não constituído pela não expectativa de lucros futuros. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apurou prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$97.167.

c) Incentivos tributários

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial da base de cálculo do imposto de renda. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os 10 primeiros anos de exploração da mina de Simões Filho, de 2008 até 2017, tendo sido prorrogado pelo período de 2018 até 2027.

Em razão da decisão da Sociedade de encerrar as atividades operacionais de Simões Filho, foi provisionado para perda o montante relativo a dois terços do saldo em 31 de dezembro de 2023, que serão convertidos em favor da União, sendo R\$ 5.185 relativo ao principal e R\$ 6.423 relativo aos rendimentos da aplicação. O valor de R\$ 5.804, apresentado em 31 de dezembro de 2023 no balanço patrimonial, refere-se a um terço do saldo aplicado de recursos próprios e que será resgatado futuramente pela Sociedade.

Política Contábil

A provisão para tributos sobre o lucro é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável no referido exercício é de 34%.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7. Outros tributos

	Tributos a recuperar		Tributos a recolher	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	38.695	37.934	-	-
Provisão para perda de créditos de ICMS (i)	(37.619)	(37.619)	-	-
Impostos e contribuições federais brasileiras (ii)	7.360	26.061	122	289
Outros	435	435	810	615
Total	8.871	26.811	932	904
Circulante	2.597	3.710	932	904
Não circulante	6.274	23.101	-	-
Total	8.871	26.811	932	904

(i) Refere-se ao ICMS de operações em mina fechada no Estado do Maranhão. A Sociedade ainda discute com o Estado a recuperabilidade desse crédito.

(ii) A variação está relacionada a restituição de pedidos de PIS e COFINS, compensação através de PER/DCOMP e reapuração de impostos.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa e bancos	1.135	1.210
Aplicações financeiras	31.549	52.643
Total	32.684	53.853

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no montante de R\$ 3.928 (R\$ 627 em 2022) e aplicações em notas compromissadas R\$ 27.621 (R\$ 52.016 em 2022), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

9. Contas a receber e fornecedores

	Contas a receber		Fornecedores	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Partes relacionadas	-	-	81	243
Terceiros	828	1.021	12.867	10.428
Total	828	1.021	12.948	10.671

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade detinha o montante de R\$ 743, em títulos de contas a receber de terceiros vencidos há mais de 30 dias.

Política Contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, com exceção dos componentes de vendas de commodities com preços provisórios, que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base no histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

10. Adiantamento de clientes

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	14.493	45.179
Adições - Minas Ligas e Nexus Manganês	6.000	6.741
Liquidações - Estrela Ferro Ligas e Nexus Manganês	(10.259)	(37.596)
Demais clientes	68	169
Saldo no final do exercício	10.302	14.493

A Sociedade realizou contratos de venda de minério de manganês, coque metalúrgico e coque brezze II com os clientes Estrela Ferroligas de Manganês S.A. e Nexus Manganês S.A. Em 2021 e 2022, a Sociedade recebeu um adiantamento no valor de R\$ 45.142 e R\$ 2.713, respectivamente, relativos a estes contratos. A entrega do material foi realizada de forma gradual e em momento posterior ao recebimento dos adiantamentos. Durante o exercício de 2023 e 2022, foi realizada a baixa do montante de R\$ 10.259 e R\$ 37.596 relativo as entregas realizadas nos exercícios.

Em 2022, a Sociedade assinou um contrato de promessa de compra e venda dos ativos imobilizado com a empresa Minas Ligas S.A. no montante de R\$ 40.000, tendo sido adiantados os valores de R\$ 4.000 e R\$ 6.000 em 2022 e 2023, respectivamente.

11. Imobilizado

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Ativos		Imobilizado em curso	Total
					minerários	Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	957	-	945	91	322	94	511	2.920
Reversão de redução ao valor recuperável	-	5.921	4.166	11.440	-	424	-	21.951
Depreciação e exaustão	-	(620)	(155)	(156)	-	(15)	-	(946)
Transferência bens mantidos para vendas	-	188	(610)	(522)	-	4	-	(940)
Transferências	-	-	-	511	-	-	(511)	-
Total	957	5.489	4.346	11.364	322	507	-	22.985
Custo	957	96.672	50.016	124.687	725	31.905	-	304.962
Redução ao valor recuperável	-	(43.967)	(14.872)	(32.053)	(5)	(4.459)	-	(95.356)
Depreciação acumulada	-	(47.216)	(30.798)	(81.270)	(398)	(26.939)	-	(186.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	957	5.489	4.346	11.364	322	507	-	22.985
Redução ao valor recuperável	-	35	(703)	(18)	(322)	28	-	(980)
Depreciação e exaustão	-	(35)	(60)	-	-	-	-	(95)
Transferência bens mantidos para vendas	(957)	(5.489)	(3.583)	(11.346)	-	(535)	-	(21.910)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	-	56.225	26.019	58.849	725	27.144	-	168.962
Redução ao valor recuperável	-	(31.823)	(5.703)	(6.301)	(327)	(1.452)	-	(45.606)
Depreciação acumulada	-	(24.402)	(20.316)	(52.548)	(398)	(25.692)	-	(123.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-

No ano de 2023, foi feita a transferência no montante de R\$ 21.910 para ativos mantidos para venda, em função do contrato de promessa de compra e venda dos ativos localizados em Simões Filho para a empresa MinasLigas S.A.

Além disso, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do saldo remanescente dos ativos no montante de R\$ 980, pois não há expectativa de gerar benefícios econômicos futuros, uma vez que a empresa está com a suas operações paralisadas.

Política Contábil

Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério (“stripping costs”) – Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custo de remoção estéril” ou “stripping costs”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual *impairment*, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

Ativos não circulantes mantidos para venda - O saldo de ativo imobilizado está classificado como mantido para venda desde 31 de dezembro de 2023, por atender aos critérios da IFRS 5/CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Imobilizado – Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	15 a 50 anos
Instalações	8 a 50 anos
Equipamentos	3 a 33 anos
Ativos minerários	Produção
Outros	3 a 44 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

Impairment de ativos não financeiros – Para os ativos imobilizados, quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais exista fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os ativos não circulantes os quais a Sociedade reconheceu *impairment*, são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Sociedade assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Sociedade.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

12. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos cíveis: Referem-se principalmente a ação movida pela Sibra Eletrosiderúrgica S/A visando a satisfação de créditos de parcelas não quitadas do Instrumento Particular de Reconhecimento de Dívida. O montante reconhecido como provável em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 160.309.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processos cíveis: Referem-se principalmente a ações em que são discutidas alegações de inadimplência por parte da Sociedade no montante de R\$ 227.593 e indenização de prejuízos por danos materiais no montante de R\$ 102.908.

Processos tributários: A Sociedade é parte em diversos processos administrativos e judiciais, relativos a cobranças de impostos federais e estaduais, sendo os valores dos principais processos relativos a IRPJ de R\$ 37.458, PIS e COFINS no montante de R\$ 30.813 e ICMS no valor de R\$ 91.056.

Depósitos judiciais - Correlacionados aos passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Processos tributários	15.064	14.130	287.490	249.251	5.672	6.088
Processos cíveis	175.679	156.830	524.133	497.261	19.738	18.783
Processos trabalhistas	9.288	8.104	7.636	12.747	9.517	9.093
Processos ambientais	4.802	3.949	1.371	1.361	-	-
Total	204.833	183.014	820.630	760.620	34.926	33.964

Política Contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. Obrigações para desmobilização de ativos e provisão para passivos ambientais

	Obrigações para desmobilização de		Passivos ambientais	
	Simões Filho		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	191.946	173.747	92.982	65.289
Adições (reduções)	(2.674)	92.816	29.279	52.298
Desembolsos	(53.624)	(23.502)	(27.847)	(26.236)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	(8.206)	(51.115)	1.747	1.631
Transferências	19.276	-	-	-
Saldo no final do exercício	146.718	191.946	96.161	92.982
Circulante	66.071	78.119	61.575	45.899
Não circulante	80.647	113.827	34.586	47.083
Total	146.718	191.946	96.161	92.982

Política Contábil

A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e a depreciação mensurada na mesma base dos bens a que se refere e reconhecida no resultado do exercício.

O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo livre de risco aplicável ao passivo e registrado contra o resultado do exercício, como despesa financeira e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão da mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

A Sociedade utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações da descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações. As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização das obrigações para desmobilização de ativos foi de 5,47% a.a. e 6,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

14. Patrimônio líquido negativo

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é de R\$ 293.694 correspondendo a 10.327.931 ações ordinárias escrituradas totalmente integralizadas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2020, a reserva legal foi integralmente absorvida para compensar prejuízos do exercício.

Reserva de incentivos fiscais - Resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (nota 6c). Em 2020, o saldo remanescente da reserva foi integralmente absorvido para compensar prejuízos conforme previsto no inciso I art. 30 da Lei 12.973/14.

15. Partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores - Vale S.A.	81	243
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Vale S.A.	50.000	-
	50.081	243

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

Em 2023 a sociedade recebeu R\$ 50.000 a título de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

Política contábil

AFAC são contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade e classificados como instrumentos financeiros até que aumento de capital seja deliberado e aprovado em Assembleia Geral.

16. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros é a seguinte:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
		Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa	32.684	53.853
Contas a receber	828	1.021
Total dos ativos financeiros	33.512	54.874
Fornecedores	12.948	10.671
Salários e encargos sociais	3.357	3.399
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	50.000	-
Total de passivos financeiros	66.305	14.070

17. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) **Gestão de risco de crédito de recebíveis** - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

c) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado, principalmente de taxas de câmbio e preços de produtos e insumos que podem impactar seu fluxo de caixa. A avaliação deste potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações é realizada periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Sociedade, garantir sua flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Luiz Gustavo Leite de Oliveira
Diretor Superintendente

Jorge Henrique Cunha Falrene
Diretor de Gestão Econômica

Responsáveis Técnicos

Almir Alves da Paz
TC-CRC RJ 061231/O-6

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria